

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 391.190 - SP (2013/0296089-1)

RELATOR : MINISTRO RAUL ARAÚJO
AGRAVANTE : EVA TÂNIA DE AZEVEDO FRANCISCO
ADVOGADO : WILTON MAURELIO E OUTRO(S) - SP033927
AGRAVADO : KUMON AMERICA DO SUL INSTITUTO DE EDUCACAO LTDA
ADVOGADO : GUSTAVO HENRIQUE DOS SANTOS VISEU E OUTRO(S) - SP117417

DECISÃO

Trata-se de agravo em recurso especial interposto por EVA TÂNIA DE AZEVEDO FRANCISCO contra decisão exarada pela il. Presidência da Seção de Direito Privado do eg. Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo (TJ-SP), que inadmitiu o recurso especial.

Cuidam os autos, na origem, de ação indenizatória proposta por EVA TÂNIA DE AZEVEDO FRANCISCO contra KUMON AMERICA DO SUL INSTITUTO DE EDUCAÇÃO LTDA.

O il. Magistrado julgou improcedente o pedido (sentença às fls. 1827/1833).

Diante disso, EVA TÂNIA DE AZEVEDO FRANCISCO interpôs apelação, a qual foi desprovida pelo eg. TJ-SP, nos termos do v. acórdão, assim ementado (fl. 1.931):

"AÇÃO DECLARATÓRIA DA NULIDADE DAS CLÁUSULAS CONTRATUAIS C.C. PEDIDO DE INDENIZAÇÃO - Alegação de que a ré teria alterado unilateralmente a forma do recebimento dos royalties, razão pela qual as cláusulas do contrato firmado entre as partes seriam nulas - Descabimento - O Código de Defesa do Consumidor não é aplicável ao caso concreto - a entrega da 'circular de oferta de franquia' restou comprovada - Inocorrência da onerosidade excessiva - In casu, a alteração na contratual não onerou à franqueada, mas facilitou a execução do contrato, de modo que a instituição de ensino agiu de acordo com o padrão de conduta esperado - Acerca da inaplicabilidade da Lei 9.279/96 nos contratos que visam à prestação dos serviços educacionais, inviabilizando a franquia desta atividade, ressalte-se que apesar de não ser possível patentear tal método educativo, é permitido o uso da 'concessão do registro da marca' e conseqüente aplicação da lei 8.955/94 - O pagamento das custas processuais e dos honorários de advogado deve ser suspenso - Inteligência do artigo 12 da Lei nº 1.060/50 - O conjunto probatório dos autos foi regularmente

Superior Tribunal de Justiça

analisado pelo MM. Juiz - Aplicação do artigo 252 do Regimento Interno do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo - decisão mantida - recurso parcialmente provido."

Inconformada, EVA TÂNIA DE AZEVEDO FRANCISCO interpôs recurso especial, com fulcro no art. 105, inciso III, alíneas "a" e "c", da CF/88, no qual alega, além da divergência jurisprudencial, a violação dos arts. 5º, incisos LV e LVI, e 93, inciso X, 205 e 218 da CF/88; dos arts. 458, inciso II, e 535 do CPC/73; dos arts. 138, 139, 466, 421 e 422 do CC/02; e da Lei n.º 8.955/94.

Como dito, o apelo nobre foi inadmitido às fls. 2.073/2.075.

Irresignada, EVA TÂNIA DE AZEVEDO FRANCISCO manejou o presente agravo em recurso especial refutando os fundamentos da decisão que inadmitiu seu apelo nobre.

Foi apresentada contraminuta (fls. 2.126/2.134).

É o relatório. Decido.

Cumpre salientar que o presente recurso será examinado à luz do Enunciado 2 do Plenário do STJ: *"Aos recursos interpostos com fundamento no CPC/1973 (relativos a decisões publicadas até 17 de março de 2016) devem ser exigidos os requisitos de admissibilidade na forma nele prevista, com as interpretações dadas, até então, pela jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça"*.

Inicialmente, não se conhece do recurso quanto à alegada infringência do arts. 5º, incisos LV e LVI, e 93, inciso X, 205 e 218 da CF/88, uma vez que se trata de matéria constitucional, cuja competência para exame é do col. Supremo Tribunal Federal, consoante preconiza o art. 102 da Carta Magna.

Outrossim, rejeita-se a alegada violação do art. 535 do CPC/73, uma vez que o eg. Tribunal local analisou os pontos essenciais ao deslinde da controvérsia, dando-lhes robusta e devida fundamentação. Com efeito, é uníssona a jurisprudência desta eg. Corte no sentido de que o magistrado não está obrigado a responder a todos os argumentos apresentados pelos litigantes, desde que aprecie a lide em sua inteireza, com suficiente fundamentação. Nesse sentido, destacam-se:

"PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. APRECIÇÃO DE TODAS AS

QUESTÕES RELEVANTES DA LIDE PELO TRIBUNAL DE ORIGEM. AUSÊNCIA DE AFRONTA AOS ARTS. 489 E 1.022 DO CPC/2015. DEFICIÊNCIA DE FUNDAMENTAÇÃO DO RECURSO. SÚMULA N. 284 DO STF. DECISÃO MANTIDA.

1. Inexiste afronta aos arts. 489 e 1.022 do CPC/2015 quando o acórdão recorrido pronuncia-se, de forma clara e suficiente, acerca das questões suscitadas nos autos, manifestando-se sobre todos os argumentos que, em tese, poderiam infirmar a conclusão adotada pelo Juízo.

(...)

3. Agravo interno a que se nega provimento."

(AgInt no AREsp 1261937/MG, Rel. Ministro **ANTONIO CARLOS FERREIRA**, QUARTA TURMA, julgado em 19/08/2019, DJe 22/08/2019, g.n.)

"AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. AÇÃO DE NULIDADE DE ARREMATACÃO DE IMÓVEL. ARRENDAMENTO RURAL. OMISSÃO E INSUFICIÊNCIA DE FUNDAMENTAÇÃO. ARTS. 489 E 1.022 DO CPC/2015. JULGAMENTO EXTRA PETITA. INEXISTÊNCIA. ANÁLISE. SÚMULA 7/STJ.

1. Se as questões trazidas à discussão foram dirimidas, pelo Tribunal de origem, de forma suficientemente ampla, fundamentada e sem omissões, obscuridades ou contradições, deve ser afastada a alegada ofensa aos artigos 489 e 1.022 do Código de Processo Civil de 2015.

(...)

4. Agravo interno a que se nega provimento."

(AgInt no AREsp 1255148/RS, Rel. Ministra **MARIA ISABEL GALLOTTI**, QUARTA TURMA, julgado em 04/12/2018, DJe 07/12/2018, g.n.)

Além disso, no apelo nobre que requer trânsito, sustenta-se infringência da Lei n.º 8.955/94, ao argumento de que não existiu a circular de oferta de franquia. Contudo, a recorrente limita-se a alegar violação a Lei Federal, sem mencionar quaisquer dispositivos que tenham sido supostamente ofendidos pelo v. acórdão recorrido. Com efeito, é uníssono o entendimento desta Corte Superior no sentido de que a alegação genérica no recurso especial atraí, por analogia, a Súmula 284/STF. Nessa mesma linha de inteligência os julgados a seguir:

"AGRAVO INTERNO NO AGRAVO (ART. 544 DO CPC/73) - AÇÃO DE RESCISÃO DE PROMESSA DE COMPRA E VENDA DE IMÓVEL - DECISÃO MONOCRÁTICA QUE NEGOU PROVIMENTO AO RECLAMO. INSURGÊNCIA DOS RÉUS

(...)

4. A ausência de indicação clara e precisa dos dispositivos de lei federal em torno dos quais haveria divergência jurisprudencial, caracteriza a deficiência na fundamentação do recurso, a atrair o óbice da Súmula 284 do STF.

5. Agravo interno desprovido."

(AgInt no AREsp 61.745/RJ, Rel. **Ministro MARCO BUZZI**, QUARTA TURMA, julgado em 06/06/2017, DJe 13/06/2017 - g.n.)

AGRAVO REGIMENTAL. AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. POLUIÇÃO SONORA. GARAGEM DE ÔNIBUS. PERÍCIA. REEXAME DE PROVA.

(...)

2. É inviável o recurso especial quando não expostas as razões pelas quais se entende que os dispositivos de lei federal foram violados. Aplicação da Súmula 284 do STF.

3. Agravo regimental a que se nega provimento."

(AgRg no AREsp 6.222/PR, Rel. **Ministra MARIA ISABEL GALLOTTI**, QUARTA TURMA, julgado em 17/03/2016, DJe 22/03/2016 - g.n.)

Ademais, nas razões recursais, invoca-se a infringência dos arts. 138, 139, 166, 421 e 422 do CC/02, ao argumento a recorrente teria agido com erro substancial, pois desconhecia que o método de ensino não seria considerado propriedade intelectual. Da leitura minudente do v. acórdão recorrido, contudo, verifica-se que a questão alegada pela recorrente não foi objeto de análise pelo eg. Tribunal *a quo*, tampouco foram opostos embargos declaratórios para sanar eventuais omissões. Dessa forma, o apelo não merece ser conhecido devido à ausência do indispensável prequestionamento. Aplica-se, por analogia, o óbice das Súmulas 282 e 356 do STF (AgInt no AREsp 1261719/SP, Rel. **Ministro Marco Buzzi**, Quarta Turma, julgado em 27/11/2018, DJe 07/12/2018).

Da mesma forma, melhor sorte não socorre ao recurso quanto aos arts. 138, 421 e 422 do CC/02. Sob as mencionadas ofensas, afirma-se que o contrato de franquia firmado entre as partes teria gerado onerosidade excessiva à recorrente, bem como ressalta que a franquia recorrente teria agido com violação da boa-fé.

O v. acórdão estadual, por sua vez, mediante análise soberana das provas, afastou as teses de onerosidade excessiva e de ofensa à boa-fé, nos seguintes termos (fls. 1.936/1.937):

"Ademais, não há que se falar na ocorrência da onerosidade excessiva, vez que o expert concluiu, através do laudo pericial juntado às fls. 1666/1876, que a alteração promovida pela franqueadora não representou qualquer prejuízo à recorrente, senão vejamos:

'Conforme cálculos procedidos e demonstrados no subitem 2.4, dos Procedimentos Técnicos do Laudo, a alteração na forma de pagamento dos royalties não importou em imposição de ônus a maior à franqueada' (grifamos)

Com relação à ausência da boa-fé contratual, nos termos do artigo 422 do Código Civil Brasileiro:

'Os contratantes são obrigados a guardar, assim na conclusão do contrato, como em sua execução, os princípios de probidade e boa-fé'.

Segundo os ensinamentos dos Professores Nelson Nery Jifinior e Rosa Maria de Andrade Nery:

'A boa fé objetiva impõe ao contratante um padrão de que deve agir como um ser humano reto, vale dizer, honestidade e lealdade. Assim, reputa-se celebrado o esses atributos que decorrem da boa-fé objetiva.

In casu, a alteração na forma de pagamento dos royalties não onerou à franqueada, mas facilitou a execução do contrato, de modo que a instituição de ensino com o padrão de conduta esperado."

Nesse cenário, para se alterar o entendimento ora transcrito, quanto à ausência de onerosidade excessiva e ofensa à boa-fé, seria necessária a revisão de matéria fático-probatória, o que é inadmissível em sede de recurso especial, nos termos da Súmula 7/STJ.

Por fim, o recurso também não merece acolhimento quanto à divergência jurisprudencial, pois não há similitude fática e jurídica entre os arestos paradigmas e o v. acórdão estadual.

Assim, forçoso reconhecer que o presente apelo não merece prosperar.

Diante do exposto, nos termos do art. 253, parágrafo único, II, "b", do RISTJ, conheço do agravo para negar provimento ao recurso especial.

Publique-se.

Superior Tribunal de Justiça

Brasília (DF), 11 de novembro de 2019.

MINISTRO RAUL ARAÚJO
Relator